

Banco Voiter S.A.

CNPJ 61.024.352/0001-71  
Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE DEZEMBRO DE 2024

**Mensagem da Administração**  
Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para aquisição de 100% da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil (“BACEN”) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovado pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A conclusão da aquisição foi aprovada pelo BACEN em 04 de abril de 2024.

O **Voiter** mantém a atuação para atendimento no segmento corporate, com foco em entender com profundidade nossos clientes e a eles oferecerem soluções financeiras específicas para cada necessidade.

A atuação como Banco de Negócios, tem como objetivo de construir parcerias sustentáveis, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, que acompanhem os diversos ciclos dos clientes e ajudem em seu crescimento. Para tanto, temos um time de especialistas em diversos segmentos, tais como tecnologia, crédito, derivativos, câmbio, cash management, captação, além do time de operações estruturadas, atuando de forma multidisciplinar com os times comerciais no atendimento aos clientes.

A mudança de controle do Voiter, propiciou o aumento dos limites operacionais, permitindo intensificar a estratégia de crescimento da carteira de crédito e originar operações com ticket médio maior, bem como acessar empresas com faturamento superior a R\$ 1 bi, abrangendo novas oportunidades de negócio, resultando no crescimento do portfólio do Banco no último período. Com o aumento da capacidade operacional do Voiter, temos expectativas de maiores rentabilidades o que tornará em um Banco lucrativo ampliando seu mercado de atuação.

**Principais eventos societários e administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras.**  
Em 28 de junho de 2023, foi aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial da Holding NK 031, com a transferência da parcela cindida para a JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Diante disso, o Voiter e o Letsbank passaram a ter acionistas controladores diferentes.

Em agosto de 2023, a NK 031, o Banco Voiter e o Grupo Qual assinaram dois acordos: um de Investimento e outro de Originação, que objetivavam a formação de uma parceria estratégica entre o conglomerado Voiter e o Grupo Qual, em que o Grupo Qual passaria a deter o controle acionário do conglomerado, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

Mais tarde no mesmo ano, em outubro de 2023, houve o distrato destes acordos que encerravam a parceria estratégica e comercial entre NK 031, sua controlada, Banco Voiter S.A. e o Grupo Qual.

**Mensagem da Administração**  
Em 22 de dezembro de 2023, o Banco Master S.A. e o acionista da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK031”), única acionista do Banco Voiter S.A., assinaram um acordo para a venda da totalidade das ações da NK 031 para o Banco Master S.A.

Em 26 de fevereiro de 2024, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Em 05 de abril de 2024, a aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

**Visão Estratégica**  
O Banco Voiter está focado em executar sua estratégia, investindo em pessoas, tecnologia e novos produtos, além de reformular processos para aumentar a eficiência operacional e permitir o crescimento sustentável. O banco atua como um Banco de Negócios, oferecendo soluções financeiras específicas e ampliando o mercado consignado, com o objetivo de construir parcerias de longo prazo. Para tanto, temos um time de especialistas em diversos segmentos, tais como agronegócio, tecnologia, crédito, derivativos, câmbio, *cash management*, captação, além do time de operações estruturadas, atuando de forma multidisciplinar com os times comerciais no atendimento aos clientes. Este é o time que constrói e gere a **Carteira Comercial**.

O Voiter também estrutura e adquire portfólios de créditos pulverizados, especialmente créditos consignados públicos, para ampliar sua carteira de crédito e rentabilidade. Em 2023, decidiu descontinuar operações no mercado físico de commodities, mantendo apenas o financiamento de produtores rurais.

Além disso, o banco gerencia a **Carteira de Créditos Especiais**, que inclui ativos fora do core business, trabalhando para recuperar valores através da venda, execução e cobrança desses ativos.

**Ambiente Macroeconômico**  
O ambiente financeiro do segundo semestre de 2024 foi marcado por recordes seguidos de altas nas bolsas americanas, pelo início do processo de corte de juros pelo FED, uma certa estabilidade dos preços das commodities e um conturbado processo eleitoral nos EUA. A euforia com o setor de IA se manteve e os preços das ações de tecnologia atingiram novos recordes, mesmo em um ambiente com “valuations” já bastante altos. No Brasil o cenário foi desafiador, em meio ao aumento dos preços de alimentos, ruídos políticos diversos e a manutenção de uma política fiscal mais expansionista, o Banco Central teve que encerrar prematuramente o ciclo de corte de juros e iniciar um movimento forte de alta nas taxas. O resultado foi a deterioração dos ativos de riscos locais, o dólar subiu forte passando de R\$6 reais, a bolsa caiu para 120 mil pontos e a taxa de juros de 5 anos se aproximou dos 16%.

O 3T24 foi marcado pela expectativa de início e tamanho do ciclo de corte de juros nos EUA e pela forte queda nos preços globais de ativos de risco no mês de agosto, após o Banco Central Japonês subir os juros e indicar potenciais altas adicionais. O índice CRB de commodities manteve-se estável no período, a bolsa americana chegou a cair 10% em razão do “crash” do “carry trade” de Yen em agosto, mas recuperou e fechou o trimestre próxima do zero a zero. O mercado financeiro local não apresentou grandes variações no período e não tivemos grandes destaques de notícias, o dólar ficou negociando em um “range” entre R\$5,40 e R\$5,80, os juros de 5 anos se mantiveram ao redor de 12% e a bolsa subiu oscilou entre 135 mil e 125 mil pontos.

**Ambiente Macroeconômico**  
Finalmente, o 4T24 foi marcado pela predominância do “Trump Trade” no mercado global e seus impactos em mercados emergentes. Após confirmada a vitória do republicano no início de novembro os grandes investidores globais passaram a alocar recursos em ativos que poderiam se beneficiar de um cenário conjunto de corte de impostos, aumento de tarifas e desregulamentação governamental. Os índices acionários americanos subiram com intensidade, especialmente as “small caps”, empresas de tecnologia e de energia, potenciais beneficiários de corte de impostos e desregulamentação. Os juros americanos futuros também subiram e as moedas de países emergentes, da China e do Canadá perderam valor, antecedendo uma possível pressão inflacionária derivada da política de tarifas defendida pelo novo presidente e sua equipe. No mercado financeiro local tivemos um 4T bastante volátil e com tom predominantemente negativo em termos de apetite ao risco. Em relação à agenda local, o pacote fiscal anunciado pelo governo no final de novembro foi mal recebido pelos investidores brasileiros, intensificando o “sell off” de juros e câmbio no final do ano. O dólar subiu forte, se afastando rápido do nível de R\$5,65, atingindo R\$6,22. Os juros de 5 anos dispararam, indo de 12% para 16% e o índice bovespa caiu de 130 mil para 119 mil pontos, o Banco Central interveio no mercado de câmbio, vendendo 30 bilhões de dólares no 4T, sendo 19 bilhões em spot e 11 bilhões em operações de linha.

Em termos de economia real, o Brasil intensificou seu processo de recuperação de índices de produção e emprego, contudo a percepção do mercado em relação à existência de agenda política positiva, observado ao longo de 2023 com a aprovação da reforma tributária e amplo apoio do executivo no congresso, se perdeu. O mercado financeiro foi dominado por ruído político, no 2S de 2024 e os agentes passaram a avaliar o bom desempenho da economia muito mais em função dos impulsos fiscais do Estado. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou alta de +0,7% no 3T24 e +0,2% no 4T, desacelerando da média de 1,15% observado nos dois primeiros trimestres do ano. O PIB subiu 3,2% em 2023, intensificando a alta para 3,4% em 2024. O mercado de trabalho continua forte, com a taxa de desemprego (PNAD) fechando o semestre em 6,2%, em dezembro de 2023 o índice estava em 7,4%, antes do início da pandemia a taxa estava ao redor de 11%.

O ainda alto nível de juros na economia brasileira ajudou no arrefecimento da inflação ao longo do primeiro semestre de 2024, contudo a manutenção do impulso fiscal, o ruído político, a desvalorização do real frente ao dólar, principalmente no 4T24, tiveram um peso dominante na deterioração das expectativas inflacionárias. O IPCA fechou o 3T24 em +0,80% e o 4T24 em +1,48%, o ano de 2024 fechou com IPCA em 4,83%, acima da meta de 3% e do teto da meta de 4,50%. Finalmente, o COPOM encerrou o ciclo de corte de juros em maio derrubando a SELIC de 13,75% para 10,50%, porém, em razão das pressões inflacionárias e expectativas deterioradas, voltou a subir a taxa em setembro. Em dezembro o BC aumentou o passo de alta da SELIC para 1% e indicou mais duas altas seguidas no seu “forward guidance”, levando os juros eventualmente até 14,25% em março de 2025.

Para 2025 esperamos algum arrefecimento das pressões inflacionárias, tanto no Brasil como no exterior. Também esperamos alguma redução no crescimento econômico do Brasil, liderado principalmente pelo consumo das famílias. Entendemos que os principais riscos para o desempenho da economia brasileira e dos ativos financeiros do país estão ainda relacionados a um eventual descontrole na gestão da política econômica e adicionamos aqui um novo fator, a volta da preocupação em relação a uma forte desaceleração da economia global em razão dos embates tarifários globais que estamos observando após a eleição americana. Por outro lado, as fortes quedas das bolsas americanas, principalmente dos papéis de tecnologia, podem ajudar na valorização do real e na queda dos juros locais, uma vez que tornam os ativos locais novamente interessantes aos olhos dos investidores globais, a euforia com IA tem concentrada demais o fluxo de recursos desde o início de 2023.

- Destakes**
- Nesse relatório, utilizamos critérios gerenciais para apresentação das informações de carteira e resultado. Em relação ao contábil, esses critérios gerenciais afetam a abertura das carteiras e resultado entre as linhas. Para fins de resultado e não alteram o lucro líquido.
  - A **Carteira de crédito**, fechou em um montante de R\$1.147 milhões em dezembro de 2024 (R\$ 570 milhões em dezembro de 2023), um incremento de 101% comparado com dezembro de 2023, esse crescimento reflete mudança de controle do **Voiter**, propiciando o aumento dos limites operacionais, permitindo intensificar a estratégia de crescimento da carteira de crédito e originar operações com ticket médio maior, bem como acessar empresas com faturamento superior a R\$ 1 bi. A **Carteira de Crédito Expandida**<sup>1</sup>, somou R\$2,1 bilhão em dezembro de 2024 (2,1 bilhão em dezembro de 2023). A carteira se manteve estável em relação ao exercício anterior.
  - A **Carteira de Créditos Especiais** gerou um resultado positivo de R\$2 milhões no exercício 2024, oriundas de recuperações de créditos. Esta carteira encerrou em dezembro de 2024 em R\$108 milhões (ante R\$74 milhões em dezembro de 2023).
  - A **Carteira** continua sendo gerada com ativos de **boa qualidade** e os créditos classificados entre os ratings AA, A, B e C fecharam em 100% em dezembro de 2024 (ante 89% em dezembro de 2023). Quando adicionamos a **Carteira Créditos Especiais** nesta composição e consideramos a **Carteira de Crédito Expandida**, o valor fecha dezembro de 2024 com 95% dos créditos com classificação entre AA, A, B e C, ante 97% ao final de dezembro de 2023.
  - As Operações com atraso acima de 90 dias da **Carteira de Crédito Expandida** encerraram o exercício em 1,23%, (ante 0,04% em dezembro de 2023). Isto reforça que nossa concessão de crédito segue sendo criteriosa, zelando pela qualidade dos ativos originados.
  - O saldo de recursos **Captados** totalizou R\$6,7 bilhões em dezembro de 2024 (R\$3,6 bilhões em dezembro de 2023). Com a seguinte composição: (i) R\$6,4 bilhões em depósito a prazo, equivalente a 94% do total; (ii) R\$119 milhões referente a emissões de letra de crédito do agronegócio e R\$140 letra de crédito do imobiliário, equivalente a 2% do total; (iii) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$123 milhões, equivalente a 2% das captações totais.

A distribuição de papéis de renda fixa no mercado institucional é feita junto às corretoras e distribuidoras, além da distribuição junto aos nossos clientes Pessoas Jurídicas. O volume de captação segue adequados à necessidade de caixa do Banco.

- **As Despesas Administrativas e de Pessoal** totalizaram R\$56 milhões no exercício de 2024, frente aos R\$60 milhões no exercício 2023. Essa redução deve-se a uma gestão focada na captura de alavancagens operacionais e na disciplina de custos.
- **Imposto diferido constituídos sob diferença temporária** em dezembro de 2024 em virtude da mudança de controle acionário revisamos as premissas de realização de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL refletindo em um incremento de saldo no montante de R\$ 248 milhões.
- O **Resultado Líquido** do exercício de 2024 alcançou um lucro de R\$133 milhões (ante um prejuízo de R\$32 milhões no primeiro semestre de 2023).

**Desempenho**  
Nesse relatório, utilizamos critérios gerenciais para apresentação das informações de carteira de crédito expandida. Em relação ao contábil, esses critérios gerenciais afetam a abertura entre linhas da carteira crédito expandida.

O conjunto das atividades do **Voiter** segue representado nas diversas tabelas que seguem.

Carteira de Crédito Expandida (R\$ milhões)	dez/24	dez/23	dez24/dez23
Empréstimos e Financiamentos	1.010	381	165%
Cessão de Recebíveis com Clientes	9	79	-89%
Trade Finance (ACC/ACE/FINIMP)	93	91	3%
Outros <sup>1</sup>	35	18	90%
<b>Carteira de Crédito</b>	<b>1.147</b>	<b>570</b>	<b>101%</b>
Garantias emitidas (Fianças e L/Cs)	155	33	369%
Títulos Agrícolas (CPR e CDA/WA)	74	582	-87%
Títulos de Crédito Privado (NP e Debêntures)	79	48	65%
FIDCs	735	957	-23%
<b>Carteira de Crédito Expandida</b>	<b>2.190</b>	<b>2.189</b>	<b>0%</b>
<b>Carteira Comercial</b>	<b>2.082</b>	<b>2.115</b>	<b>-2%</b>
<b>Carteira Créditos Especiais</b>	<b>109</b>	<b>74</b>	<b>46%</b>

<sup>1</sup>. Outros correspondem a operações de Financiamento de BNDU.

<sup>1</sup> Considera toda a carteira de crédito expandida, que, além da carteira classificada pela Resolução CMN nº 2.682/99, é composta também por fianças, títulos agrícolas (CPR e CDA/WA), títulos de crédito privado (notas promissórias e debêntures), e cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Em dezembro de 2024, a Carteira de Crédito do Banco Voiter apresentou um aumento de 101%, atingindo R\$1.147 milhões, comparado a R\$570 milhões em dezembro de 2023. A Carteira de Crédito Expandida somou R\$2,1 bilhões, mostrando estabilidade em relação a dezembro de 2023 (R\$2,2 bilhões).

Apesar da estabilidade na carteira expandida, houve uma redução nas linhas de FIDCs e Títulos agrícolas, alinhada à decisão de descontinuar operações no mercado físico de commodities, especialmente café. Em contrapartida, houve um aumento de 165% na linha de empréstimos e financiamentos, refletindo a mudança de controle do Voiter, que aumentou os limites operacionais e intensificou a estratégia de crescimento da carteira de crédito, permitindo acessar empresas com faturamento superior a R\$1 bilhão. O saldo de provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$39,3 milhões em dezembro de 2024 (R\$20,7 milhões em dezembro de 2023).

Captações (R\$ milhões)	dez/24	dez/23	dez24/dez23
<b>Captação Total</b>	<b>6.747</b>	<b>3.646</b>	<b>85%</b>
Deposito a prazo	6.365	2.928	117%
Letra de Crédito do Imobiliário	140	58	142%
Letra de Crédito do Agronegócio	119	552	-78%
Outros	123	108	13%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>541</b>	<b>416</b>	<b>30%</b>
<b>Passivos e PL Total</b>	<b>7.466</b>	<b>4.572</b>	<b>63%</b>

**Captações:** A carteira de captação somou R\$6,7 bilhões em dezembro de 2024, com um incremento de 85% comparando com dezembro de 2023. Em dezembro de 2024, os depósitos a prazo via emissão de CDB foram os mais representativos, respondendo por 94% do estoque de captação. As linhas de captação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), apresentou uma redução de 64% alinhado com a decisão de descontinuar as operações no mercado físico de commodities (café). Os Depósitos à Vista e repasses fecham o exercício em 13% do saldo total.

**Resultados:**

Apresentamos abaixo a Demonstração de Resultado Gerencial (DRE), que é fundamentada em reclassificações da DRE contábil e tem por finalidade auxiliar a análise de nossos resultados.

DRE (R\$ milhão)	dez/24	dez/23	dez 24/dez 23
Receitas da Intermediação Financeira e Serviços	777	706	10%
Despesas da Intermediação Financeira	(653)	(498)	-31%
<b>Resultado de Interm. Financeira e Serviços antes da Provisão</b>	<b>124</b>	<b>208</b>	<b>-40%</b>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(23)	8	n.c
<b>Resultado de Intermediação Financeira e Serviços</b>	<b>102</b>	<b>216</b>	<b>-53%</b>
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(96)	(129)	25%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>5</b>	<b>87</b>	<b>-94%</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>0%</b>
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>5</b>	<b>87</b>	<b>-94%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	128	(119)	n.c
<b>Resultado</b>	<b>133</b>	<b>(32)</b>	<b>n.c</b>

n.c. = não comparável (percentual acima de 300% ou abaixo de -300%, ou número dividido por zero)

**Resultado de Intermediação Financeira e Serviços antes da Provisão:** Apresentou redução 40% acompanhando a Carteira de Crédito Expandida teve leve incremento entre linhas de negócios, nosso resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$124 milhões no exercício de 2024 versus R\$208 milhões no exercício de 2023. Essa redução deve-se: i) redução com resultado com recuperação de crédito, ii) redução com resultado da carteira de títulos agrícolas alinhada com a decisão de descontinuar operações no mercado físico de commodities, especialmente café.

**Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** O incremento na despesa líquida de provisão de crédito totalizou R\$23 milhões em dezembro de 2024, versus R\$8 milhões de reversão em dezembro de 2023, esse leve aumento reflete o crescimento linha de negócios de empréstimo e financiamento da carteira de crédito expandida.

**Resultado Operacional:** Apresentou uma redução de 94% comparando com o exercício 2023, em linha com resultado de intermediação financeira essa redução reflete a descontinuidade das operações no mercado físico de commodities especialmente o café. Na linha de outras receitas e despesas operacionais apresentou uma redução de 25% passando de R\$129 milhões para R\$96 milhões em dezembro de 2024. Esse resultado expressivo é fruto de revisão dos processos do Banco visando ganhos de eficiência, para isso passou por um redirecionamento dos times, cujo benefícios estão refletidos na redução das despesas de pessoal e outras despesas operacionais.

**Imposto de renda e contribuição social:** em dezembro de 2024 em virtude da mudança de controle acionário reavaliamos do estudo do crédito tributário, conforme Resoluções nº 3.059 e 3.355 do Conselho Monetário Nacional (CMN), refletindo em um incremento no resultado no montante de R\$ 248 milhões. Além da análise também trazemos a seguir, a conciliação entre os resultados contábeis e gerenciais de junho de 2024 e de junho de 2023.

Exercício dezembro 2024 Conciliação entre os Resultados Contábeis e Gerenciais (R\$ milhão)	Contábil	Reclassificações Gerenciais (1)	Efeitos Fiscais do Hedge (2)	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	480	66	231	777
Despesas da Intermediação Financeira	(658)	5		(653)
<b>Resul. da Inter. Financ. Antes da Provisão</b>	<b>(178)</b>	<b>71</b>	<b>231</b>	<b>124</b>
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(23)	–	–	(23)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>(200)</b>	<b>71</b>	<b>231</b>	<b>101</b>
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(23)	(73)		(96)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(224)</b>	<b>(2)</b>	<b>231</b>	<b>5</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(2)</b>	<b>2</b>	<b>–</b>	<b>(0)</b>
Result. Não Operacional de BNDU		2		2
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações</b>	<b>(226)</b>		<b>231</b>	<b>5</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	359	–	(231)	128
<b>Resultado Líquido</b>	<b>133</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>133</b>
Exercício findo em 2023 Conciliação entre os Resultados Contábeis e Gerenciais (R\$ milhão)	Contábil	Reclassificações Gerenciais (1)	Efeitos Fiscais do Hedge (2)	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	565	(5)	146	706
Despesas da Intermediação Financeira	(500)	2		(498)
<b>Resul. da Inter. Financ. Antes da Provisão</b>	<b>65</b>	<b>(3)</b>	<b>146</b>	<b>208</b>
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	7	–	–	7
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>72</b>	<b>(3)</b>	<b>146</b>	<b>215</b>
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(137)	9		(129)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(65)</b>	<b>6</b>	<b>146</b>	<b>86</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>6</b>	<b>(6)</b>	<b>–</b>	<b>1</b>
Result. Não Operacional de BNDU		(6)		(6)
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações</b>	<b>(59)</b>	<b>–</b>	<b>146</b>	<b>87</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	–	(146)	(119)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(32)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(32)</b>

1. Reclassificação (i) do Resultado do Voiter Cereais e da variação cambial gerada pela agência de Cayman da rubrica contábil ‘Outras Receitas/Despesas Operacionais’ para a linha ‘Receitas de Intermediação Financeira e Serviços’ da tabela; (ii) do efeito do hedge das captações prefixadas e indexadas a IPCA da rubrica contábil ‘Receitas de Intermediação Financeira’ para a linha ‘Despesas de Intermediação Financeira’ da tabela; (iii) das Despesas Administrativas vinculadas à operação da rubrica contábil ‘Despesas Administrativas’ para a linha ‘Receitas de Intermediação Financeira’ da tabela; e (iv) da Despesa com Comissão Distribuídas da rubrica contábil ‘Despesas Administrativas’ para a linha ‘Despesas de Intermediação Financeira’ da tabela. 2. Reclassificação da realização do efeito fiscal de marcação a mercado (MtM) dos títulos e valores mobiliários e derivativos utilizados para fins de *hedge*, da rubrica contábil ‘Imposto de Renda e Contribuição Social’ para a linha ‘Receita de Intermediação Financeira’ da tabela.

**Índice de Basileia**

O controle societário da instituição foi adquirido pelo Banco Master S.A em 14 de março de 2024, sendo que a aprovação da transferência de controle foi efetivamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, em 05 de abril de 2024. A partir de tal aprovação, a Instituição tornou-se controlada do Banco Master S.A, a instituição líder do conglomerado prudencial (“Conglomerado Prudencial”), nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21. Diante de tal fato, os limites operacionais da Instituição serão calculados com base nas informações do Conglomerado Prudencial. O Patrimônio de Referência é composto pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II do Conglomerado Prudencial e os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional do Conglomerado Prudencial.

**Títulos Mantidos até o Vencimento - Circular BACEN nº 3.068**

Atendendo à Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”.

**Gestão de Riscos**

A gestão dos riscos é essencial para a perenidade de qualquer instituição financeira. A gestão integrada de riscos abrange a avaliação e quantificação dos riscos, a continuidade dos negócios, a estrita observação das normas, a prevenção à lavagem de dinheiro, a segurança da informação e o controle e mitigação de riscos de mercado e liquidez, além do risco de crédito. O constante aprimoramento desta gestão é fundamental para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. Conforme mencionado no tópico acima a gestão de risco será gerenciada pelo novo controlador. Os detalhes estão disponíveis no site do Banco Master S/A.(https://www.bancomaster.com.br/ri/informacoes-financeiras).

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2024 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços ao Banco e suas controladas e coligadas que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa.

**Declaração da Diretoria**

A Diretoria Executiva do **Banco Voiter S.A.** declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

**Agradecimentos**

Agradecemos a confiança e o apoio de nossos acionistas, clientes e parceiros de negócios e, em especial, de nossos colaboradores, nosso ativo mais valioso e que, sempre alinhados aos nossos valores, nos ajudam a construir em bases sólidas um banco mais forte, dinâmico, inovador e sustentável.

São Paulo, 01 de abril de 2025  
A Administração  
**Banco Voiter S.A.**



★ continuaçãoBANCO VOITER S.A.							
BALANÇO PATRIMONIAL - EM MILHARES DE REAIS							
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	5 (a)	9.625	100.161	Instrumentos financeiros		6.806.061	4.098.235
Instrumentos financeiros		6.204.482	3.705.841	Depósitos	11(a)	6.392.444	3.032.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5(b)	3.592.471	40.629	Captações no mercado aberto	11(b)	105.112	307.908
Títulos e valores mobiliários	6(a);(b)	1.195.268	2.638.796	Recursos de aceites e emissão de títulos	11(a)	258.624	609.104
Instrumentos financeiros derivativos	6(c)	14.951	102.526	Empréstimos e repasses	11(a)	5.453	4.842
Operações de crédito	7	1.010.204	381.490	Instrumentos financeiros derivativos	6(c)	–	26.899
Outros ativos financeiros	8	391.588	542.400	Outros passivos financeiros	11(c)	44.428	116.975
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito		(83.769)	(80.353)	Provisões para contingências	13	37.445	31.552
Operações de crédito	7(a);(b)	(26.841)	(17.942)	Passivos fiscais		43.307	7.365
Outros ativos financeiros		(56.928)	(62.411)	Correntes		–	100
Com característica de concessão de crédito	7(a);(b)	(9.272)	(3.952)	Obrigações fiscais diferidas	12(b)	43.307	7.265
Sem característica de concessão de crédito	8(c)	(47.656)	(58.459)	Outros passivos	15	68.499	18.418
Ativos não financeiros mantidos para venda	9	134.346	142.303	Patrimônio líquido	16	510.973	416.189
Ativos fiscais		782.928	387.725	Capital	16(a)	1.522.173	1.522.173
A compensar		694	744	Reservas de capital		35.960	35.960
Créditos tributários	12 (b)	782.234	386.981	Reservas de lucros	16(d)	29.550	–
Outros ativos	10	284.057	162.073	Prejuízos acumulados	16(c)	(1.013.595)	(1.138.019)
Participações societárias	21(a)	129.807	146.862	Outros resultados abrangentes	16(b)	3.510	3.600
Imobilizado de uso	21(b)	16.003	16.160	Ações em tesouraria	16(a),ii	(7.525)	(7.525)
Intangível	21(c)	23.182	23.182	Total do passivo e patrimônio líquido		7.466.285	4.571.759
Depreciação e amortização acumuladas	21(b);(c)	(34.376)	(32.195)				
Total do ativo		7.466.285	4.571.759				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM MILHARES DE REAIS			
	2º Semestre	Exercícios findos em	
	Nota	2024	31/12/2024 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		200.436	479.908 565.312
Receitas de operações de crédito	17(a)	110.107	258.885 125.870
Resultado com títulos e valores mobiliários	17(a)	195.424	419.260 431.767
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17(a)	(129.606)	(258.021) (15.469)
Resultado de câmbio	17(a)	24.511	59.784 23.144
Despesas da Intermediação Financeira		(382.145)	(657.836) (500.380)
Despesas de captação no mercado	17(b)	(381.754)	(652.254) (497.909)
Despesas de empréstimos e repasses		(314)	(5.505) (2.471)
Operações venda/transf ativos financ		(77)	(77) –
Resul. da Inter. Financ. Antes Prov. perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(181.709)	(177.928) 64.932
Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito		(310)	(22.501) 7.177
Reversão/(perdas) esperadas associadas ao risco de crédito	7(b)	(310)	(22.501) 7.177
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(182.019)	(200.429) 72.109
Outras receitas/(despesas) operacionais		(57.807)	(23.190) (137.494)
Receitas de serviços		14.324	67.532 5.110
Receitas de tarifas bancárias		855	2.225 1.177
Despesas de pessoal	17(e)	(28.477)	(56.021) (60.291)
Despesas administrativas	17(f)	(33.556)	(61.655) (59.175)
Despesas tributárias		(4.945)	(12.561) (6.916)
Reversão/(despesas) de provisões	13	(5.107)	(7.767) (2.900)
Fiscais		1.997	(851) (1.416)
Trabalhistas		(1.722)	(2.449) (2.270)
Cíveis		(5.382)	(4.467) 786
Resultado de equivalência patrimonial	21(a)	(10.003)	(17.055) 84
Outras receitas operacionais	17(c)	11.116	66.702 31.187
Outras despesas operacionais	17(d)	(2.014)	(4.590) (45.770)
Resultado operacional		(239.826)	(223.619) (65.385)
Resultado não operacional	17(g)	(2.752)	(2.130) 6.362
Resultado antes dos tributos e participações		(242.578)	(225.749) (59.023)
Impostos sobre a renda	12(a)	111.153	359.137 26.610
Participações nos lucros e resultados		(8.964)	(8.964) –
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício		(140.389)	124.424 (32.413)
Lucro/(Prejuízo) por ação	18		
Ações ordinárias (R\$/UN)			0,48326 (0,01249)
Ações preferenciais (R\$ /UN)			0,48326 (0,01249)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM MILHARES DE REAIS			
	2ºSemestre	Exercícios findos em	
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	(140.389)	124.424	(32.413)
Outros resultados abrangentes (Nota 16(b))	1.414	(90)	869
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos efeito tributários	1414	(90)	869
Títulos e valores mobiliários (disponíveis para venda) próprios	1.414	(90)	869
Resultado abrangente total	(139.353)	124.334	(31.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS								
	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Ações em Tesouraria	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Nota	1.512.173	35.960	–	2.731	(1.105.606)	(7.525)	437.733
Ajustes de avaliação patrimonial	16(b)	–	–	–	869	–	–	869
Aumento de capital	16(a)	10.000	–	–	–	–	–	10.000
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(32.413)	–	(32.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.522.173	35.960	–	3.600	(1.138.019)	(7.525)	416.189
Mutações do exercício		10.000	–	–	869	(32.413)	–	(21.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.522.173	35.960	–	3.600	(1.138.019)	(7.525)	416.189
Ajustes de avaliação patrimonial	16(b)	–	–	–	(90)	–	–	(90)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	124.424	–	124.424
Dividendos Propostos	16(d)	–	–	(29.550)	–	–	–	(29.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.522.173	35.960	(29.550)	3.510	(1.013.595)	(7.525)	510.973
Mutações do exercício		–	–	(29.550)	(90)	124.424	–	94.784
Saldos em 30 de junho de 2024		1.522.173	35.960	–	2.096	(873.206)	(7.525)	679.498
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	1.414	–	–	1.414
Prejuízo do semestre		–	–	–	–	(140.389)	–	(140.389)
Dividendos a distribuir		–	–	(29.550)	–	–	–	(29.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.522.173	35.960	(29.550)	3.510	(1.013.595)	(7.525)	510.973
Mutações do semestre		–	–	–	1.414	(140.389)	–	(168.525)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM MILHARES DE REAIS				
<b>1. Contexto operacional:</b> O Banco Voiter S.A. (“Banco”, “Instituição”, “Banco Voiter” ou “Voiter”), sociedade anônima de capital fechado com as características e prerrogativas de banco múltiplo, têm como principais atividades bancárias operar com carteiras comercial, de investimento, de câmbio e em outras operações pertinentes à distribuidora de títulos e valores mobiliários. O Banco Voiter S.A., anteriormente denominado Banco Indusval S.Á., tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50 - 4º e 6º andares, São Paulo/SP, Brasil, e possui 2 dependências, sendo uma localizada em grande centro comercial brasileiro e uma nas Ilhas Cayman (“Branch”). As demonstrações financeiras do Banco Voiter S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de abril de 2025. <b>(a) Reorganização Societária:</b> Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para aquisição de 100% da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil (“BACEN”) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovado pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A operação foi aprovada pelo BACEN em 05 de abril de 2024. A demonstrações financeiras do Banco Voiter S.A. foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco Voiter de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O controlador possui compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco Voiter, bem como, caso a operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, por pelo menos um ano após 01 de abril de 2025.				
<b>2. Apresentação das Demonstrações financeiras: Base de apresentação:</b> As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN), com observância às disposições da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/2020, que estabelecerem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidênciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A agência de Cayman foi autorizada a operar pelo BACEN em 5 de março de 2008 e está representada em 31 de dezembro de 2024 por total de ativos de R\$ 40.024 (R\$ 33.754 em 31 de dezembro 2023), patrimônio líquido de R\$ 36.816 (R\$ 31.245 em 31 de dezembro de 2023) e resultado de R\$ 5.571 no exercício (R\$(1.841) em 31 de dezembro de 2023). Abaixo, as empresas que o Banco Voiter S.A. apresentam participações societárias diretas no exercício compreendido por essas demonstrações financeiras:				
Empresa	Tipo	Atividades	Participação total (em %)	
			31/12/2024	31/12/2023
Voiter Comércio de Cereais Ltda.	Controlada	Títulos e operações agrícolas.	100	100
Voiter Assessoria e Participações Ltda.	Controlada	Assessoria financeira e finanças corporativas.	100	100
Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100	100
Cripton Comercializadora de Energia Ltda.	Controlada	Comercializadora de Energia	100	100
FIDC Voiter Consig II <sup>(1)</sup>	Risco e Benefício	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100	–
FIM Saúde <sup>(2)</sup>	Risco e Benefício	Fundo de Investimento em outros fundos	100	–

<sup>(1)</sup> O Banco possui 548.998 cotas, que equivalem a 100% do capital social, todas adquiridas durante o primeiro semestre de 2024.

<sup>(2)</sup> O Banco possui 249.194 cotas, que equivalem a 100% do capital social, todas adquiridas durante o primeiro semestre de 2024.

**3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos:** **(a) Julgamentos e estimativas críticas:** Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as políticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com

operações de crédito, e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **(b) Avaliação do valor de mercado de alguns instrumentos financeiros sem mercado ativo:** O valor de mercado de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado através de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados através de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente, a fim de manter sua confiabilidade. **(c) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com o CPC 01, os ativos não financeiros (imobilizados e intangíveis) também devem ser testados anualmente para *impairment* em algumas situações. Para o cálculo do valor recuperável (valor em uso), o Banco faz uso de estimativas de fluxos de caixa (montante e prazos), bem como das taxas de desconto apropriadas. Não foram apuradas perdas em tais ativos no período compreendido por estas demonstrações financeiras. **(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Créditos tributários são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Instituição e do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. **(e) Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas em operações de crédito e outros créditos, considerando as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito. Os valores das provisões são definidos, essencialmente, levando-se em consideração a faixa de atraso e o risco de crédito das respectivas operações de crédito. Esses valores podem ser diferentes do valor presente dos recebimentos estimados, bem como dos valores a serem de fato recebidos. **(f) Provisões, ativos e passivos contingentes (fiscais, trabalhistas e cíveis):** A Instituição no curso normal dos negócios é autora ou ré em diversos processos na justiça. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes decorrentes desses processos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na instrução normativa nº 319/22. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência do tema em questão.

**4. Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e CMN:** **Conversão de Taxas:** A partir da data-base de 1 de janeiro de 2023, o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio diferente da informada pelo Banco Central do Brasil para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende às finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador. Conforme definido nessas regras mencionadas, o Banco decidiu pela utilização da taxa calculada internamente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do dólar spot utilizado foi de R\$6,1844 (R\$4,8521 em 31 de dezembro de 2023). **Novas normas aplicáveis em períodos futuros:** As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. **Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas:** A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito. A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são: **(i)** Efeitos da alteração da classificação de instrumentos financeiros - Ao comparar as classificações e mensurações de acordo com o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes de classificação e mensuração introduzidas pela Resolução CMN 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pela Diretoria, o Banco verificou que não há impactos decorrentes da adoção da nova regulamentação. **(ii)** Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021). O Banco apurou um incremento de provisão no montante de R\$2.682



★ continuação    NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO VOITER S.A. - EM MILHARES DE REAIS

(equivalente a um aumento, aproximadamente, de 7% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional e garantias prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros: (i) A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro. (ii) A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros. (iii) Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos no estágio 3, conforme art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito do incremento da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$1.475, após os efeitos tributários. (iii) Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplimento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Os impactos foram avaliados na nota explicativa 12(d). (iv) Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois para o stop a accrual sua aplicação será prospectiva, a administração optou após a avaliação de crédito em considerar todos os ativos em stop accrual como ativo problemático sem impacto para Balanço e para a taxa efetiva de juros optamos pela facilidade que trata do o § 2º da Resolução BCB nº 352/2023 onde define critérios para materialidade para custos e receitas. (v) **Arrendamentos:** Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025. Após avaliação da administração não identificou impactos para adoção à regra, dado que no balanço não ativos registrados em arrendamentos. (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco Voiter. (b) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. (c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros (exceto CDI rural), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (d) **Instrumentos Financeiros (Ativo):** Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são: (i) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. (ii) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Conforme determina a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo):** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. Os instrumentos financeiros derivativos com finalidade de "*hedge*" são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como: I. *hedge* de risco de mercado; e II. *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, a parcela inefetiva é registrada no resultado. (iv) **Operações de créditos e outros ativos financeiros:** As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receita de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegotiadas são mantidas no nível em que estavam classificadas, exceto quando da ocorrência de amortização importante, hipótese que poderá resultar em melhora do *rating* atribuído. As renegotiações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações, efetuada pela administração, caso a caso, para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As classificações de risco de clientes ("*ratings*") são atribuídas por modelo de "*credit score*", e podem ser revisadas pelo comitê de crédito, resultando em alteração da classificação atribuída inicialmente. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, o Banco Voiter S.A. optou pela contagem em dobro dos períodos vencidos, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99, para determinar o nível de risco da operação. Através da Resolução nº 3.533/08, o Conselho Monetário Nacional determina a divulgação em nota explicativa de informações relativas a cada categoria de classificação de venda de ativos financeiros (nota 8 (g)). As referidas categorias são: • Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o ativo deve ser baixado e o resultado reconhecido no momento da transferência; • Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o ativo não deve ser baixado, mas sim, deve ser reconhecido um passivo. O resultado é apurado conforme o prazo da cessão; e • Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: deve ser avaliado a qual instituição pertence o controle do ativo. (e) **Ativos não financeiros mantidos para venda:** Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela

sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base no valor de mercado obtido em laudo fornecido por perito ou empresa independente. (f) **Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. Composto basicamente por despesa antecipada, depósitos em garantia, prêmio em operação de crédito, crédito presumido: (a) despesa antecipada: consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes; (b) depósitos em garantia: depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantirem prestação de serviço de qualquer natureza; (c) prêmio em operação: considera-se o prêmio ou o desconto em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados, integral ou proporcionalmente, pela instituição vendedora ou cedente, correspondente à diferença positiva ou negativa entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, que deve ser apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação; (d) crédito presumido: são ativos a receber da receita federal do Brasil, apurados de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013. (g) **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo. (h) **Imobilizado e Intangível:** O ativo imobilizado está registrado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis do Banco são compostos por intangível na aquisição de participação de entidades (ágio) e por outros ativos intangíveis. Os ágios são amortizados em decorrência da expectativa de geração de resultados das investidas. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "Impairment":** O Banco Voiter S.A. analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Saldos de ágio originados da aquisição de empresa e ativos intangíveis com vida útil indefinida tem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, independentemente da existência de alguma indicação de perda por *impairment*. Já os ativos imobilizados, investimentos em controladas, coligadas e demais intangíveis são testados apenas se houver evidência objetiva de perda. (j) **Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais - Créditos tributários diferidos", no ativo e/ou "Passivos fiscais - Obrigações fiscais diferidas", no passivo. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20%. (k) **Instrumentos Financeiros (Passivo):** Correspondem aos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. Os instrumentos financeiros passivos são: (i) **Depósitos interfinanceiros, a prazo, captações no mercado aberto e recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias:** Os depósitos interfinanceiros, a prazo, as captações no mercado aberto e os recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. (ii) **Empréstimos e repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses estão registradas a valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas cabíveis, vigentes nas datas dos balanços. (i) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma: • Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda, não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade. Os montantes discutidos são reconhecidos considerando a probabilidade de perda. (m) **Resultados Recorrentes e Não Recorrentes:** A Resolução nº 2, de 27 de novembro de 2021 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. (n) **Método de cálculo e divulgação do resultado por ação: Resultado básico por ação:** O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da Instituição, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o exercício. **Resultado diluído por ação:** Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Instituição deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da Instituição, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados na nota explicativa 18, que evidencia o cálculo segundo o CPC 41 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (o) **Outros passivos:** Referem-se às comissões de operações de fianças e resultados não realizados: (i) as comissões de operações de fiança emitidas que foram recebidas à vista e que serão apropriadas linearmente ao resultado até os seus vencimentos, na situação do devedor especificado cumprir as obrigações normais do contrato (não apresentar *default*). Em caso de *default* do devedor, o banco reconhece imediatamente o saldo acumulado em resultado de exercícios futuros ao resultado do período. (ii) os lucros não realizados, oriundos das vendas de carteira de créditos consignados, entre os fundos de investimentos em direito creditórios controlados pelo Voiter, serão reconhecidos à medida que os ativos forem vendidos para terceiros, ou forem depreciados, ou através de *impairment* ou baixas por qualquer outro motivo. (p) **Apresentação da demonstração do resultado abrangente:** A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado do período e os outros resultados abrangentes do período, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. (q) **Eventos subsequentes:** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em: (a) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (b) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Disponibilidade	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas equivalentes de caixa	9.625	100.161
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.625</b>	<b>40.629</b>
<b>(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:</b>		

<b>Posição bancada</b>	31/12/2024	31/12/2023
Tesouro Prefixado	—	40.629
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>3.592.471</b>	<b>—</b>
CDI ligadas	3.592.471	—
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>3.592.471</b>	<b>40.629</b>
Circulante	3.592.471	40.629

**6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: (a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos:** As avaliações das posições de títulos de renda fixa e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos. A estrutura de gerenciamento de riscos, bem como a metodologia adotada para o cálculo de capital, pode ser encontrada na Internet na página da Instituição (<https://ri.voiter.com/ri>), no menu Informações Financeiras, submenu Fatores de Risco. (não auditado).

(b) Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2024										31/12/2023
	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Acima de 1800	Valor de mercado
Títulos para negociação	1.069.165	(8.508)	1.060.658	766.595	161.217	4.672	21.096	107.078	—	—	2.196.447
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	177.284	2	177.286	—	85.329	—	—	91.957	—	—	600.056
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23.611
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	6.494	(35)	6.460	—	6.460	—	—	—	—	—	4.829
Cédulas de Produto Rural	71.892	2.599	74.491	—	69.428	4.672	391	—	—	—	77.467
Warrants	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	504.045
Nota Comercial	35.902	(76)	35.826	—	—	—	20.705	15.121	—	—	—
Títulos de renda variável	11.039	(10.998)	41	41	—	—	—	—	—	—	183
Cotas de fundos de investimento	766.554	—	766.554	766.554	—	—	—	—	—	—	986.256
FIDC SOLFÁCIL II	—	—	—	—	—	—	—	29.880	—	—	29.880
FIDC WH1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	258.645
FIDC VOITER	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	500.634
FIDC Kovi	12.216	—	12.216	—	—	—	—	—	—	—	28.266
FIDC WH2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	139.344
FIDC VOITER CONSIG 2	404.974	—	404.974	—	—	—	—	—	—	—	—
FIM Imagem & Saúde	317.608	—	317.608	—	—	—	—	—	—	—	—
Parallax Ventures FIP Multiestratégia	27.676	—	27.676	—	—	—	—	—	—	—	26.411
Mindset Ventures III LP	4.080	—	4.080	—	—	—	—	—	—	—	3.076
Títulos disponíveis para venda	38.734	12.372	51.106	7.706	—	—	—	43.400	—	—	185.205
Debêntures	38.585	4.815	43.400	—	—	—	—	43.400	—	—	47.989
Títulos de renda variável (2)	149	7.557	7.706	7.706	—	—	—	—	—	—	137.216
Títulos mantidos até o vencimento (1)	83.504	—	83.504	—	—	—	—	83.504	—	—	257.144
Tesouro IPCA	83.504	—	83.504	—	—	—	—	83.504	—	—	174.980
Tesouro Prefixado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	82.163
Total de TVM - 31/12/2024	1.191.403	3.864	1.195.268	774.301	161.217	4.672	21.096	233.982	—	—	2.638.796
Total de TVM - 31/12/2023	2.560.900	77.896	2.638.796	1.123.655	610.914	30.340	502.311	346.027	7.840	17.708	—

<sup>(1)</sup> Atendendo a Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam, em 31 de dezembro de 2024, ajuste a mercado negativo de R\$719 (ajuste a mercado negativo de R\$3.160 em 31 de dezembro de 2023).

<sup>(2)</sup> O efeito de ajuste a mercado considera o montante de R\$5.990 decorrentes da reclassificação de um ativo permanente para títulos e valores mobiliários, registrado no resultado no momento da reclassificação de acordo a Circular BACEN nº 3.068/01.

(c) **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições. As operações de derivativos utilizadas são: *swaps* de taxas de juros, de moeda, produtos e índices, de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções. Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado. Os contratos de derivativos negociados são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A apuração destas operações é feita através de informações disponíveis e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou por provedores externos (corretoras, bancos e outros). A área de Gestão de Risco trata da precificação de todos os instrumentos financeiros derivativos, tanto utilizando parâmetros de mercado MtM (*Mark to Market*) como parâmetros da operação (valor na curva). Os parâmetros de mercado são atualizados diariamente no processo de precificação dos instrumentos a mercado, como as estruturas a termo de taxa de juros para todos os indexadores brasileiros. Os modelos de marcação a mercado (MtM) avaliam os valores dos instrumentos derivativos de acordo com as atuais condições de mercado para todos os indexadores, como também para os títulos de dívida soberana e títulos de emissão privada, e *duration* (prazo médio) da carteira.

(i) Posição por indexador:

	Ativos		Passivos		Valor de registros dos contratos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Swap</b>	—	—	—	—	—	<b>724.327</b>
DI x US\$	—	—	—	—	—	5.022
Pré x DI	—	—	—	—	—	717.083
US\$ x DI	—	—	—	—	—	2.222
<b>Termo</b>	<b>14.951</b>	<b>61.969</b>	<b>—</b>	<b>(25.258)</b>	<b>158.505</b>	<b>1.824.160</b>
Moedas	4.330	2.505	—	(3.897)	40.374	1.383.853
Ativos financeiros e mercadorias	10.621	59.464	—	(21.361)	118.131	440.307
<b>Futuros</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.394.762</b>	<b>3.500.181</b>
Taxa de juros	—	—	—	—	3.341.563	2.900.905
Moedas	—	—	—	—	53.199	476.976
Ativos financeiros e mercadorias	—	—	—	—	—	122.300
<b>Opções</b>	<b>—</b>	<b>5.121</b>	<b>—</b>	<b>(1.222)</b>	<b>—</b>	<b>517</b>
Índice	—	1.653	—	(2.446)	—	1.034
Moedas	—	3.468	—	1.224	—	(517)
	<b>14.951</b>	<b>67.090</b>	<b>—</b>	<b>(26.480)</b>	<b>3.553.267</b>	<b>6.049.185</b>





★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO VOITER S.A. - EM MILHARES DE REAIS

12. Imposto de renda e contribuição social: (a) Demonstração do cálculo:

Resultado antes dos impostos	31/12/2024	31/12/2023
Efeito das diferenças permanentes	(225.749)	(59.023)
Participações em controladas e coligadas	5.913	28
Participação no exterior (Branch)	17.055	(84)
Outros - CSLL e IRPJ	(8.779)	1.841
Efeitos das diferenças temporárias	(2.363)	(1.729)
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	23.000	59.511
Provisões	(68.180)	14.356
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	8.158	(11.949)
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - CSLL	83.022	57.104
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - IRPJ	(196.836)	516
Aproveitamento de prejuízo fiscal	(196.836)	516
CSLL (30%)	—	155
IRPJ (30%)	—	155
Constituição/(Reversão) de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL <sup>(1)</sup>	348.787	(70)
CSLL	155.016	(31)
IRPJ	193.771	(39)
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - CSLL	(196.836)	361
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ	(196.836)	361
Impostos correntes	—	(100)
CSLL	—	(72)
IRPJ e IRPJ adicional	—	(28)
Constituição de créditos fiscais	10.350	26.780
CSLL	4.600	11.902
IRPJ e IRPJ adicional	5.750	14.878
Impostos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, base negativa e prejuízo fiscal <sup>(1)</sup>	359.137	26.710
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no semestre	359.137	26.610

<sup>(1)</sup> O incremento de saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, ocorreu em virtude da revisão das premissas do estudo de realização de crédito tributário.

(b) Composição dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas por natureza:

Oriundos de diferenças temporárias	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	298.547	252.081
Contingências Tributárias	175.279	169.196
Provisões (Cíveis/trabalhistas/Bônus)	8.084	7.646
MtM	12.330	9.736
Oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL <sup>(1)</sup>	102.855	65.503
Créditos tributários	483.687	134.900
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	782.234	386.981
Obrigações fiscais diferidas - Títulos disponíveis para venda	(40.435)	(4.319)
Obrigações fiscais diferidas	(2.872)	(2.946)
	(43.307)	(7.265)

<sup>(1)</sup> O incremento de saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL ocorreu em virtude da revisão das premissas do estudo de realização de crédito tributário.

(c) Movimentação do crédito tributário e obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total	Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	386.981	(7.265)	379.716	360.271	(6.553)	353.718
Movimentação						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.082	—	6.082	14.453	—	14.453
Provisão para contingências	438	—	438	637	—	637
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	37.352	—	37.352	25.697	—	25.697
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	348.788	—	348.788	(70)	—	(70)
Obrigações fiscais diferidas	—	(36.115)	(36.115)	—	(712)	(712)
Obrigações fiscais diferidas - Títulos disponíveis para venda	—	73	73	—	—	—
Outros <sup>(1)</sup>	2.593	—	2.593	(14.007)	—	(14.007)
Saldo Final	782.234	(43.307)	738.927	386.981	(7.265)	379.716

<sup>(1)</sup> Refere-se à realização do crédito tributário referente às reversões de provisões temporárias, tais como reversão de provisões cíveis, trabalhistas e bônus.

(d) Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Prejuízos fiscais (IRPJ e CSLL)	—	—	19.749	26.304	48.697	388.937	483.687
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.016	23.629	18.797	37.058	19.224	59.555	175.279
Contingências e outros	103.755	900	900	2.474	2.340	12.899	123.268
Contingências Tributárias	—	—	—	1.574	1.440	5.069	8.083
Provisões (Cíveis/trabalhistas/Bônus)	900	900	900	900	900	7.830	12.330
MtM	102.855	—	—	—	—	102.855	65.503
Total - 31/12/2024	120.771	24.529	39.446	65.836	70.261	461.391	782.234
Total - 31/12/2023	46.768	37.866	43.395	40.240	46.970	171.742	—

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de abril de 2025, foi elaborado com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos da Resolução CMN nº 4.842 foram revistas devido à importantes alterações no cenário econômico, com impactos relevantes no segmento de atuação do Voiter, incluindo os eventuais eventos futuros descritos na nota 1(a) - Reorganização Societária. A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24. (e) Valor presente dos créditos tributários: O Banco Voiter S.A. fundamenta o estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, com premissas de expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras. Estima-se a realização dos créditos tributários em um prazo máximo de dez anos. O valor presente do crédito tributário, utilizando a taxa média de captação da Instituição, seria de R\$398.127 (R\$242.445 em 31 de dezembro de 2023).

13. Provisões para contingências: (a) Trabalhistas e cíveis: As provisões trabalhistas e cíveis referem-se a contingências classificadas com risco provável. A movimentação destas no período pode ser assim resumida:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	9.646	2.213	11.859
Constituição Provisão	4.278	5.382	9.660
Reversão Provisão	(1.829)	(915)	(2.744)
Pagamento	(1.874)	—	(1.874)
Saldo no final do exercício em 31/12/2024	10.221	6.680	16.901
Saldo no final do exercício em 31/12/2023	9.743	2.152	—

Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2024 2.947 49.659 52.606

Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2023 2.654 44.658 —

(b) Fiscais:

	31/12/2024	31/12/2023
Contestação judicial de tributos	11.023	10.470
Outras contingências fiscais	9.521	9.223
	20.544	19.693

Não circulante 20.544 19.693

A movimentação no exercício pode ser assim resumida:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	19.693	18.277
Conversão de depósito	972	251
Atualização/encargos	(121)	1.165
Constituição	2.106	—
Reversão	(2.106)	—
Saldo no final do exercício	20.544	19.693
Depósitos em garantia de recursos	23.036	19.716

O saldo é composto principalmente por: • ISS - Lei Complementar nº 116/03 - R\$6.568 (R\$6.197 em 31 de dezembro de 2023); Questionamento sobre a incidência do referido imposto sobre meios, instrumentos e etapas de operações financeiras realizadas pelo Banco; • PIS - R\$4.455 (R\$4.273 em 31 de dezembro de 2023); Declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes, no que concerne à aplicação da Emenda Constitucional nº 1/94 e da Medida Provisória nº 636/94 (e reedições), a fim de que o Banco possa proceder ao recolhimento da contribuição ao PIS nos termos da Lei Complementar nº 770; • INSS - SAT/FAP - R\$9.521 (R\$9.223 em 31 de dezembro de 2023); Questionamento sobre a majoração da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e fator de correção do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

14. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes prováveis: Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos relevantes classificados como prováveis de realização. (b) Passivos contingentes possíveis - trabalhistas e cíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. As empresas do Banco são parte dos seguintes processos com risco de perda possível: • Processos trabalhistas: os processos trabalhistas classificados com chance de perda possível totalizam R\$1.414 (R\$1.701 em 31 de dezembro de 2023); • Processos cíveis: Os processos, em sua maioria, referem-se a indenizações por danos morais, questões sobre protesto de duplicatas endossadas ao Banco por terceiros, legitimidade de contrato e revisão contratual. Foram levados em conta apenas os valores dados às causas, que para os processos classificados como possíveis equivalem ao montante de R\$11.810 (R\$19.744 em 31 de dezembro de 2023). (c) Passivos contingentes possíveis - fiscais: As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas totalizam aproximadamente R\$88.352 (R\$83.946 em 31 de dezembro de 2023) e as principais ações estão descritas a seguir: • Questionamento relativo à incidência previdenciária sobre valores pagos a títulos de PLR - Participação nos Lucros e Resultados e PLA - Participação nos Lucros de Administradores, no período de 2009 a 2011, totalizando R\$20.063 (R\$19.011 em 31 de dezembro de 2023); • O Banco Voiter S.A., em decorrência do acordo celebrado pela venda da Guide Investimentos S.A. é solidário ao questionamento relativo à base de cálculo de IRPJ e CSLL sobre a desmutilização dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$36.125 (R\$31.514 em 31 de dezembro 2023) e do PIS e COFINS R\$3.103 (R\$3.032 em 31 de dezembro 2023). Para esse questionamento o Banco Voiter S.A. realizou depósitos judiciais no montante de R\$37.114 (R\$34.547 em 31 de dezembro 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	147	220
Sociais e estatutárias <sup>(1)</sup>	39.983	9.772
Impostos e contribuições a recolher	2.823	1.960
Pagamentos a efetuar <sup>(2)</sup>	22.349	4.267
Provisão para perdas em garantias financeiras (Nota 7a)	3.188	1.748
Diversos	8	451
	68.499	18.418
Circulante	65.311	16.670
Não circulante	3.188	1.748

<sup>(1)</sup> Trata-se dos dividendos a pagar provisionados

<sup>(2)</sup> Refere-se aos saldos de provisão de pagamentos a fornecedores.

16. Patrimônio líquido: (a) Capital social: (i) Capital subscrito e integralizado: O capital social, no valor de R\$1.522.173 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se totalmente subscrito e integralizado e é representado por 362.990.779 ações em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo 350.053.185 ações ordinárias em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 e 12.937.594 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (ii) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, havia 1.208.142 ações em tesouraria, no valor de R\$7.525, sendo 1.128.616 ordinárias e 79.526 preferenciais.

(b) Outros resultados abrangentes: Em 31 de dezembro de 2024, o Banco detinha títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda no valor de R\$51.106 (R\$185.205 em 31 de dezembro 2023), com ajuste a mercado, no valor de R\$3.510 (R\$3.600 em 31 de dezembro de 2023), líquido de efeitos tributários. (c) Reservas de lucros: O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a destinação do lucro líquido anual para as seguintes reservas: (a) Reserva para Equalização de Dividendos com a finalidade de garantir recursos para pagamento de remuneração ao acionista; e (b) Reserva para Reforço do Capital de Giro para garantir meios financeiros para a operação do Banco. (d) Dividendos e remuneração do capital próprio: O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2024 foi destinado para fins de dividendos o montante de R\$29.512. Em 2023 não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.

17. Detalhamento das contas de resultado: (a) Receitas da intermediação financeira:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de operações de crédito	258.885	125.870
Empréstimos	228.755	106.766
Renda de adiantamento a depositantes	25	25
Direitos creditórios descontados	47	188
Financiamentos	30.058	18.891
Resultado de títulos e valores mobiliários	419.260	431.767
Aplicações interfinanceiras de liquidez	248.746	29.699
Títulos de renda fixa	100.033	215.988
Títulos de renda variável	(6.658)	607
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(59.104)	69.406
Aplicações no exterior	3.070	1.656
Fundos de investimentos	133.173	114.411
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(258.021)	(15.469)
Swap	(26.898)	34.721
Futuros	(290.534)	(50.171)
Termo	59.269	(21.420)
Opções	142	21.401
Resultado de câmbio	59.784	23.144
Exportação	13.712	11.294
Financeiro	(1.822)	(425)
Variação de taxas	27.376	3.136
Disponibilidades em moeda estrangeira	20.518	9.139
	479.908	565.312

(b) Despesas de captação no mercado aberto:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	(1.340)	(2.741)
Depósitos a prazo	(568.494)	(389.079)
Operações compromissadas	(54.246)	(48.131)
Letras de crédito agrícola	(19.274)	(52.299)
Letras de crédito imobiliário	(8.900)	(5.659)
	(652.254)	(497.909)

(c) Outras receitas operacionais:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Reversão provisão BNDU	989	893
Recuperação de encargos e despesas	2.043	811
Rendas Seg. Garantia - PSH	323	341
Rendas de devedores de bens	2.262	2.543
Dividendos CIP	2.960	3.847
Resilição contrato de parceria Capital Consig	—	12.000
Rendas de outros ativos não financeiros avaliados a valor justo <sup>(1)</sup>	38.429	—
Reversão provisão perdas em operações sem característica de concessão de crédito (Nota 8d)	10.803	—
Variação monetária	4.543	6.804
Variação cambial (Cayman)	480	1.749
Aluguéis de BNDU	532	309
Outros	3.338	1.890
	66.702	31.187

<sup>(1)</sup> Referente ao reconhecimento inicial do valor justo apurado com a aquisição de direitos creditórios.

(d) Outras despesas operacionais:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Amortização de ágio aquisição Cripton	(30)	(30)
Provisão perdas em operações sem característica de concessão de crédito (Nota 8d)	—	(38.772)
Constituição provisão para perdas BNDU	(2.808)	—
Variação Cambial (Branch)	—	(5.149)
Diversos	(1.752)	(1.819)
	(4.590)	(45.770)

(e) Despesas de pessoal:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(33.072)	(39.414)
Honorários	(2.371)	(1.853)
Benefícios	(7.946)	(7.867)
Encargos sociais	(12.517)	(10.514)
Treinamentos	(56)	(33)
Estagiários	(59)	(610)
	(56.021)	(60.291)

(f) Outras despesas administrativas:

	Exercícios findos em	
	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	(80)	(86)
Aluguéis	(1.798)	(2.486)
Comunicações	(397)	(711)
Responsabilidade social	—	—
Manutenção e conservação de bens	(893)	(72)
Material	(96)	(69)
Processamento de dados	(15.500)	(13.631)
Promoções e relações públicas	(300)	(309)
Propaganda e publicidade	(4.900)	—
Publicações	(130)	(202)
Seguros	(515)	(874)
Serviços do sistema financeiro	(5.159)	(6.619)
Serviços de terceiros	(13.580)	(15.467)
Vigilância e segurança	(1.001)	(739)
Serviços técnicos especializados	(9.539)	(11.463)
Transportes	(127)	(128)
Viagens	(2.310)	(504)
Emolumentos Judiciais e Cartorios	(1.121)	(956)
Outras	(4.209)	(4.859)
	(61.655)	(59.175)

(g) Resultado não operacional: Em 31 de dezembro de 2024, o Resultado não operacional foi de R\$ (2.130) (R\$ 6.362 em 31 de dezembro 2023). Esse resultado refere-se em grande parte à venda de bens recebidos em dação de pagamento para liquidação de operações de crédito baixadas para prejuízo.

18. Resultado por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	124.424	(32.413)
Quantidade média de ações emitidas (mil unidades)		
Ações ordinárias	350.053	311.671
Ações preferenciais	12.883	11.741
Lucro (Prejuízo) atribuído		
Lucro (Prejuízo) atribuído às ações ordinárias	169.165	(3.893)
Lucro (Prejuízo) atribuído às ações preferenciais	6.226	(147)
Lucro (Prejuízo) por ação básico - Reais		
Ações ordinárias	0,48326	(0,01249)
Ações preferenciais	0,48326	(0,01249)

19. Gestão de riscos e de capital: As atividades do Banco envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente para que sejam parte integrante das decisões estratégicas da instituição. Um dos pilares da estrutura da gestão de risco no Banco é a sua independência em relação às áreas de negócio, garantindo que não haja conflito de interesse em suas atividades. As suas funções fundamentais são garantir que as diretrizes e limites de risco sejam respeitadas monitorando e reportando a aderência aos mesmos, atuar na disseminação da cultura de riscos e assessorar os órgãos e alçadas competentes da instituição na gestão do risco. As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as operações, produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz. Ademais, a Auditoria Interna é responsável pela revisão independente de gestão de riscos e do ambiente de controle. (a) Risco de crédito: Em sua ampla definição, o risco de crédito é tratado como a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas, mediante contratado entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando, também, a desvalorização do contrato assumido devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros: • O Risco da contraparte: Possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros; • O Risco País: Possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em razão de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo; • A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante; • A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito possibilita o Banco: identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos, além de definir procedimentos e rotinas que possibilitem a gestão integral do risco de crédito envolvido em todas as fases do negócio. Para melhor elucidar as fases do negócio, este foi dividido em quatro etapas que definem o ciclo de crédito: a) Análise de crédito: a análise de crédito possui critérios e procedimentos claramente definidos a todos os envolvidos no processo de concessão, tanto no que se refere a classificação de risco dos clientes/operações quanto as análises de propostas e renovação de limites. b) Concessão de crédito: A concessão de crédito tem como principal objetivo analisar e decidir sobre a concessão de limites e operações de crédito propostos pela área comercial, levando em consideração as informações levantadas pela própria área comercial e pela análise realizada pelo Departamento de Crédito. c) Gestão de crédito: Assim que o crédito é concedido, a gestão do crédito se torna responsável por: (i) formalizar as operações e as respectivas garantias envolvidas, garantindo a aderência de forma e conteúdo aos seus instrumentos constitutivos de aprovação, contratação e de garantias associadas; (ii) acompanhar as operações de crédito, identificando pontos críticos, visando garantir a qualidade da operação, bem como o efetivo recebimento dos valores emprestados à contraparte; (iii) analisar e acompanhar as garantias envolvidas na operação, verificando sua suficiência e liquidez além da detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade de operações, com base no risco de crédito. d) Recuperação de crédito: quando uma operação de crédito entra em atraso, são tomadas medidas administrativas, repactuação ou adoção de medidas judiciais. Todas essas medidas citadas têm como objetivo fazer a recuperação do crédito em atraso com o menor custo e prazo possíveis. O principal foco da área de risco de crédito é, de forma independente, identificar e mensurar a exposição ao risco de crédito, subsidiando a alta administração com estudos relativos à carteira de crédito do Banco, suportando assim os processos de tomada de decisão para que os riscos envolvidos nas operações sejam passíveis de controle e mitigação. (



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO VOITER S.A. - EM MILHARES DE REAIS

mudanças nas taxas e preços de mercado. Estes riscos surgem de posições em taxas de juros, moedas, *commodities* e ações. A exposição ao risco de mercado é segregada em carteira *trading* e carteira *banking*. A carteira *trading* inclui as posições de transações *market-making*, em que o Banco atua como o agente principal com clientes ou com o mercado. A carteira *banking* corresponde às transações das operações comerciais do Banco. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são: • VaR (*Value at Risk*): medida estatística que estima a perda potencial máxima em condições normais de mercado dentro de um determinado horizonte de tempo; • Teste de Estresse: cálculo do comportamento da carteira de ativos, passivos e derivativos em condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas); e • Análise de Sensibilidade. **(c) Risco de liquidez:** Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução BACEN nº 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Banco possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Banco, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução BACEN nº 4.557/17. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez. **(d) Risco operacional:** Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua. Conforme definido na Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, risco operacional relaciona-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, pessoas e/ou eventos externos ao Banco. **(e) Gestão de capital:** O gerenciamento de capital é uma das atividades mais importantes do Banco e o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são fundamentais para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. De acordo com a Resolução nº4.557/17 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle de capital disponível; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O processo de gestão eficiente do capital contempla a otimização do uso de capital e o alinhamento com a estratégia de negócio do Banco e ao seu apetite de risco. O controle societário da Instituição foi adquirido pelo Banco Master S.A em 14 de março de 2024, sendo que a aprovação da transferência de controle foi efetivamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, em 05 de abril de 2024. A partir de tal aprovação, o Voiter tornou-se controlada do Banco Master S.A., a instituição líder do conglomerado prudencial (“Conglomerado Prudencial”), nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21. A partir dessa data, todos os riscos a que a Instituição está exposta são também gerenciados e reportados pela instituição líder do conglomerado prudencial, Banco Master S/A. (<https://www.bancomaster.com.br/ri/informacoes-financeiras>). (não auditado)

**20. Partes relacionadas: (a) Empresas controladas:** As transações entre controladora e empresas controladas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
<b>Vínculo com a Instituição</b>	—	—	—	—
<b>Empresas controladoras</b>	—	—	—	—
Depósitos à vista	—	—	—	—
Dep. interfinanceiros: 100% do CDI no vcto.	(3.592.471)	(18.818)	—	—
Depósitos à vista	(104.763)	—	(91.345)	—
Dep. interfinanceiros: 100% do CDI no vcto.	—	(1.074)	—	(2.741)
Dep. a prazo: 100% do CDI após carência	—	—	(465)	(1.151)
Empréstimos	—	—	200	703
<b>Empresas coligadas e controladas</b>	—	—	—	—
Valores a receber	(11.614)	—	—	—
Derivativos: NDF - Café X US\$	—	(29.059)	(6.281)	(29.267)
Juros Sobre Capital Próprio a receber	—	—	116	—

**(b) Outras operações com partes relacionadas:**

Vínculo com a Instituição	Objeto e características do contrato	31/12/2024	31/12/2023
<b>Administradores e Diretores Executivos</b>	Depósitos à vista	—	—
	Depósitos à vista	—	1.343
<b>Pessoas vinculadas aos administradores</b>	Operação compromissada: Pré-fixada 12,5% até 14,5%	—	6.290

O CONSELHO

CONTADORA - Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do **Banco Voiter S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Voiter S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Voiter S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 23 - Eventos Subsequentes, em 28 de março de 2025 o Banco Master (“Banco Master”), controlador do Banco Voiter, e o Banco de Brasília - BRB divulgaram os termos gerais do Contrato de compra e venda de ações que as partes pretendem celebrar (“Operação”). A Operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil (“BACEN”), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), demais aprovações regulatórias, e outras condições precedentes. Como as partes envolvidas na Operação ainda não finalizaram os seus termos (estrutura societária, ativos e passivos envolvidos, estrutura de governança, estrutura operacional e aspectos regulatórios, entre outros) e sua concretização está sujeita às condições precedentes e autorizações regulatórias informadas acima, neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros da Operação na situação patrimonial e financeira do Banco Voiter, de suas controladas e de outras entidades resultantes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa 1, o acionista controlador do Banco Voiter declarou o compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco Voiter e suas controladas, bem como, caso a Operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, nas condições da referida nota. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findos nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

**(c) Remuneração de pessoas-chave da administração:**

Benefícios de curto prazo	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição ao INSS	1.790	2.048
	385	417
	<b>2.175</b>	<b>2.465</b>

**21. Investimentos: (a) Participações em controladas:**

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Resultado	Investimentos		Resultado de Equivalência	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Voiter Comércio de Cereais	120.788	102.963	100%	(16.640)	102.963	119.601	(16.640)	(1.187)
Voiter Assessoria	2.954	7	100%	(5)	7	12	(5)	(54)
Intercep DTVM	15.493	24.449	100%	(49)	24.449	24.498	(49)	1.418
Cripton	301	2.388	100%	(361)	2.388	2.751	(361)	(93)
				<b>(17.055)</b>	<b>129.807</b>	<b>146.862</b>	<b>(17.055)</b>	<b>84</b>

**(b) Imobilizado:**

	31/12/2023	Aquisições	Despesa de depreciação	Baixas	31/12/2024
<b>Equipamentos e instalações</b>	<b>1.985</b>	<b>308</b>	<b>(717)</b>	<b>(170)</b>	<b>1.406</b>
Custo	16.160	308	—	(465)	16.003
Depreciação acumulada	(14.175)	—	(717)	295	(14.597)
<b>Total imobilizado de uso</b>	<b>1.985</b>	<b>308</b>	<b>(717)</b>	<b>(170)</b>	<b>1.406</b>

**(c) Outros ativos intangíveis**

	31/12/2023	Despesa de amortização	31/12/2024
<b>Projeto Transformação digital</b>	<b>4.968</b>	<b>(1.729)</b>	<b>3.239</b>
Custo	8.642	—	8.642
Amortização acumulada	(3.674)	(1.729)	(5.403)
<b>Cripton <sup>(1)</sup></b>	<b>194</b>	<b>(30)</b>	<b>164</b>
Custo	299	—	299
Amortização acumulada	(105)	(30)	(135)
<b>Total</b>	<b>5.162</b>	<b>(1.759)</b>	<b>3.403</b>
Custo	23.182	—	23.182
Amortização acumulada	(18.020)	(1.759)	(19.779)

<sup>(1)</sup> Se trata de ágio na compra de controlada

**22. Informações complementares: (a) Contratos de serviços:** A política de atuação do Banco na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram prestados, pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa. **(b) Contratos de seguros:** O Banco mantém contratos de seguros para cobertura de riscos dos bens do imobilizado e de imóveis. A administração considera o valor suficiente para atender às eventuais perdas com sinistros. **(c) Demonstração do Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram registrados resultados não recorrentes no Voiter.

**23. Eventos Subsequentes:** Em 28 de março de 2025, o BRB - Banco de Brasília S.A. (“BRB”) anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. (Controlador do Banco Voiter). A transação compreende a compra de 49% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master (“Operação”). Como consequência da Operação, haverá uma reorganização societária do Banco Master, de modo que tanto a estrutura societária quanto a composição de ativos da instituição sofrerão alterações. O Banco terá como controladas somente às seguintes sociedades: Banco Master Múltiplo S.A. (e suas controladas Will Holding Financeira S.A., Will Financeira S.A. - Crédito Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda.) e Maximainvest Securitizadora S.A. As empresas manterão as estruturas apartadas (stand alone), com compartilhamento de governança, expertise, sinergias e coordenação estratégica e operacional. A Operação tem por pilares estratégicos a complementariedade de negócios; a solidez, liquidez, capital e rentabilidade do novo conglomerado prudencial; a conformidade regulatória, com o aumento do capital regulatório combinado do conglomerado. A operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil (“BACEN”) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), além de outras condições precedentes especificadas no contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros na situação patrimonial e financeira decorrentes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas, bem como na governança e em suas estruturas operacionais.

A DIRETORIA

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**KPMG**

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

São Paulo, 01 de abril de 2025

Guilherme Zuppo Ventura Diaz

Contador - CRC 1SP294326/O-3

ESTADÃO RI

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

ESTADÃO 150